



Seminário
Segurança de Barragens no contexto do SINGREH



18 de setembro

às 8h30

center convention

Avenida João Naves de Ávila, nº 1331
Piso C, Uberlândia - MG

PROGRAMAÇÃO

manhã

8h30 - Credenciamento e café de boas vindas

9h00 – 9h30 - Abertura/Contextualização
A Diretoria do CBH Paranaíba apresenta o Seminário e seus objetivos com contextualização do tema no âmbito do CBH

9h30 – 10h15 - Pontos de Interseção entre a Política Nacional de Segurança de Barragem e a Política Nacional de Recursos Hídricos – Gilberto Valentí Canali – Consultor

10h15 – 11h - Incidentes e Acidentes e os Planos de Ação de Emergência
Flavia Barros – ANA

11h – 11h45 - O Papel da Defesa Civil e a Gestão de Recursos Hídricos – Noemia Bohn - Fundação Universidade Regional de Blumenau

11h45 – 12h30 – Debate

12h30 – 14h – Intervalo para o almoço

tarde

14h – 14h45 - Gerenciamento para Segurança de Barragem – Vanda Tereza Costa Malveira – Universidade Estadual Vale do Acaraú (CE)

14h45 – 15h30 - Observatório Socioambiental - Ângelo Lima – WWF Brasil

15h30 - 16h00 – Debate

16h00 – 17h00 – Análise das moções encaminhadas pela CTPI – Sylvio Andreozzi – Coordenador da CTPI

17h00 – 17h30 – Apresentação da Relatoria dos Principais Resultados e Encaminhamentos – Patrícia Boson – Consultora

17h30 - Coquetel de encerramento

Inscrições: (64) 3431-5026 ou secretaria@cbhparanaiba.org.br no período de 1 a 15 de setembro
Certificado de participação de 10 horas.

Os maiores especialistas no assunto. Participe.



CBH PARANAÍBA
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA



“Observatórios Socioambientais

Angelo José Rodrigues Lima

Programa Água para a Vida

Superintendência de Conservação

WWF – Brasil

Uberlândia, 18 de setembro de 2014



Missão do WWF-Brasil

Contribuir para que a sociedade brasileira conserve a natureza, harmonizando a atividade humana com a conservação da biodiversidade e com o uso racional dos recursos naturais, em benefício das gerações atual e futura.

busca de alternativas para **minimizar o impacto da atividade humana**, nos eixos econômico, social e cultural

promoção da **conservação da diversidade biológica** e dos processos ecológicos e serviços ambientais

promoção do **uso sustentável dos recursos naturais**, ecológica, social e economicamente



Nossa Atuação Programas



Cerrado-Pantanal



Programa Áreas Protegidas



Mudanças Climáticas



Mata Atlântica



Água & Clima



Educação Soc.
Sustentáveis



Amazônia



Agricultura e Meio Ambiente



Políticas Públicas



OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL

- iniciativa lançada em maio de 2013
- entidades fundadoras / coordenadoras



- entidades apoiadoras / parceiras



Monitorar a implementação da nova lei florestal em todo o país, sobretudo o desempenho dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e de seu principal instrumento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma a gerar dados e massa crítica que colaborem com a potencialização dos aspectos positivos da nova lei e a mitigação de seus aspectos negativos.

Objetivos

monitorar a implantação da nova Lei Florestal em todo o país - nos níveis Federal, Estadual e Municipal

especialmente o CAR e os PRAs

promover discussões sobre os dados e avaliações com diversos setores da sociedade e do Estado

divulgar dados e análises, subsidiando integrantes do Observatório, parceiros e colaboradores

mitigar aspectos negativos, potencializar aspectos positivos e evitar novos retrocessos

- página na **Internet** lançada em novembro de 2013

observatorioflorestal.org.br

facebook.com/deolhonocodigo

twitter.com/deolhonocodigo

- página recebendo média de 3 mil visitas / mês
-  e  atingindo direta e indiretamente ~ 250 mil pessoas
- Redes Sociais das entidades coordenadoras alcançam quase 900 mil seguidores

Observatório em ação



Publicações e análises



Judiciário



Legislação florestal



O Código Florestal



Governança e Sustentabilidade

construção e operação da página com apoio da *Climate and Land Use Alliance (Clua)* e das entidades fundadoras

Membros podem ser ONGs, sindicatos, universidades, associações de produtores rurais e afins, com monitoramento sobre a implantação da lei

Colaboradores são pessoas físicas ou jurídicas contribuindo com informações ou reflexões para formar um *rationale* sobre a implantação da lei

o Comitê Coordenador é composto inicialmente por sete organizações da sociedade civil



Governança e Sustentabilidade

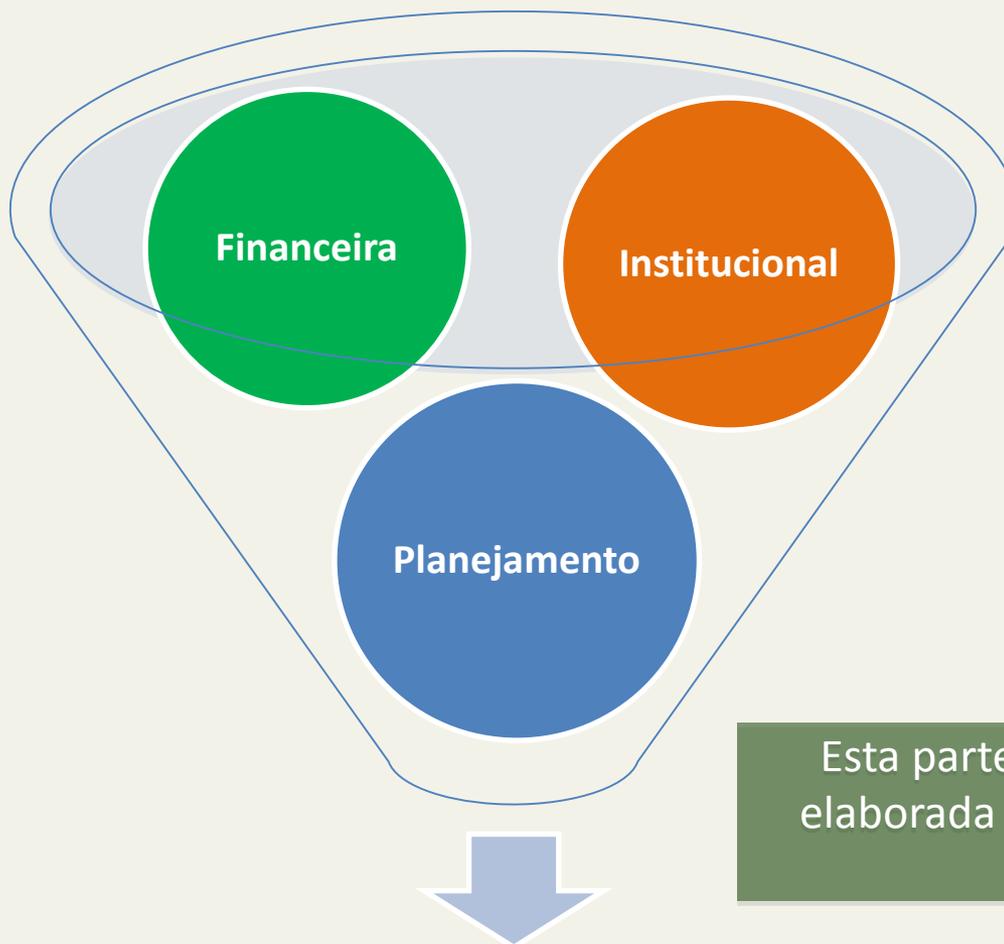
membros e colaboradores têm liberdade de posicionamento e de atuação, sempre em nome próprio

pode e deve provocar debates e realizar análises sobre dados coletados / produzidos

abriga organizações com perfis diversos e complementares, e ninguém fala em nome do observatório

espaço de coleta, de sistematização e de disponibilização ampla de informações, sem assumir posições políticas

Governança e Sustentabilidade



Esta parte da apresentação foi elaborada por Aldem Bourscheit Cezarino

Observatório do Código Florestal



Observatório Sócio-Ambiental de Barragens



[Memória da Eletricidade www.memoriadaeletricidade.com.br](http://www.memoriadaeletricidade.com.br)

Usina Hidrelétrica Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, entre os municípios de Itumbiara (GO) e Cachoeira Dourada (MG). S/d. Acervo Celg



Observatório Sócio-Ambiental de Barragens

Observatório de Barragens Estrutura

A construção do observatório vem sendo construído desde a década de 90, mas surgiu em 2005

O Projeto Observatório Sócio-Ambiental de Barragens integra a linha de pesquisa Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflito Social (SETMACS), que é desenvolvida pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza ([ETTERN](#)), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional ([IPPUR](#)), da Universidade Federal do Rio de Janeiro ([UFRJ](#)).



UFRJ



IPPUR



ETERN

Observatório Sócio-Ambiental de Barragens

Observatório de Barragens Objetivos

Sistematizar e organizar informações sobre o setor elétrico, acompanhando suas mudanças, e proporcionando o assessoramento de pesquisadores e ativistas de movimentos sociais.



UFRJ



IPPUR



ETERN

Observatório Sócio-Ambiental de Barragens

Observatório de Barragens Objetivos

Observatório em ação

Desenvolvido como um sistema de informações que incorpora dados sobre as especificações técnicas,

as articulações corporativas, os impactos ambientais, as pendências sociais, os conflitos e os rearranjos espaciais engendrados pela construção de barragens no Brasil.



UFRJ



IPPUR



ETERN

Observatório Sócio-Ambiental de Barragens

Observatório de Barragens Objetivos

Página na internet

<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/>



UFRJ



IPPUR



ETERN

Observatório Sócio-Ambiental de Barragens

Observatório de Barragens Objetivos

A principal inovação do Observatório consiste em permitir que diferentes atores sociais, organizações governamentais e não-governamentais, pesquisadores e ativistas sejam capazes de acessar, de modo fácil, um banco de dados com informações que lhes são necessárias para planejar, assessorar e debater a reparação individual ou coletiva dos impactos de grandes barragens



Observatório Sócio-Ambiental de Barragens

Critérios para inserção das barragens

A existência de conflitos – as informações ultimamente tem sido realizados pelo Movimento por Atingidos de Barragens (MAB)

O Observatório tem papel de assessoria, elaboração de pareceres,

Dificuldade na construção de uma metodologia de pesquisa para analisar os impactos das barragens

Pouco recurso financeiro para uma atuação mais abrangente e acompanhamento mais de perto dos processos de conflito

Financeiro Ambiental **Informações Técnicas** Transformações Referência Comentários

Nome da Barragem:	Cachoeira Dourada
Instituição responsável pela ficha:	ETTERN - IPPUR
Rio:	Paranaíba
Sub Bacia:	
Bacia:	Paraná
Município:	Itumbiara e Cachoeira Dourada (GO) - Araporã, Capinópolis, Canápolis e Centralina (MG)
Região:	Centro-Oeste
Estado:	GO / MG
Latitude:	-18.5
Longitude:	-49.4897
Data da Licitação:	18/12/2012
Concessionária:	EDESA
Início da Concessão:	11 de Setembro de 1997
Prazo da Concessão:	Vigência de 30 (trinta anos), contado a partir da data de assinatura deste contrato
Ano Entrada Operação:	2004
Agentes Financeiros Envolvidos:	CELG e Governo Federal

PÁGINA INICIAL

QUEM SOMOS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

PUBLICAÇÕES SELECIONADAS

R.E.L.E.R.

LISTA DE BARRAGENS

BUSCA DE BARRAGENS

FALE CONOSCO

Financeiro

Ambiental

Informações Técnicas

Transformações

Referência

Comentários

Responsavel Estudo Ambiental: Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente LTDA e Escritório Técnico Lisboa da Cunha LTDA

Orgãos Licenciadores: COLIC/DGPA/IBAMA (GO)

Licença Prévia: Deferida

Licença Instalação: Deferida

Licença Operação: Deferida



PÁGINA INICIAL

QUEM SOMOS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

PUBLICAÇÕES SELECIONADAS

R.E.L.E.R.

LISTA DE BARRAGENS

BUSCA DE BARRAGENS

FALE CONOSCO

Financeiro

Ambiental

Informações Técnicas

Transformações

Referência

Comentários

Status de Produção: Em Operação

Area Reservatório: 64,7 Km²

Altura: 1.140 m

Potência Instalada: 500 a 1000 MW

Energia Firme: 434 MW

Área Inundada: 50 a 100 km²

Municípios Inundados: Itumbiara e Cachoeira Dourada (GO), Canápolis, Centralina e Cachoeira Dourada (MG).

Propriedades Atingidas: A Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada ocupou áreas predominantemente agrícolas.



[Financeiro](#)[Ambiental](#)[Informações Técnicas](#)[Transformações](#)[Referência](#)[Comentários](#)

Transformações Sociais Ambientais:

A UHE Cachoeira Dourada localiza-se na bacia do rio Parnaíba, mais especificamente no médio Parnaíba que se estende do km 700 até onde está localizada a barragem de Cachoeira Dourada, no km 330. O rio Parnaíba é navegável por apenas 180 km, entre a barragem de Ilha Solteira até a barragem São Simão. O reservatório foi construído no ano de 1959, como parte do complexo de barragens situadas na bacia do rio Parnaíba. A finalidade principal era a de gerar energia elétrica. Seu lago foi construído com volume total de 519x106m³, e a bacia de drenagem abrange uma área de 5,111 km². Segundo João Cabral, o aproveitamento hidrelétrico de Cachoeira Dourada foi iniciado na década de 50 do século XX, sob a responsabilidade da Companhia Energética de Goiás (CELG), em etapas múltiplas, acompanhando a demanda energética da região (Cabral, 2006).

O autor destaca que a primeira etapa, do total de quatro, foi concluída em 1959, e consistiu na implantação de um conjunto de tomada d'água, e casa de força, ladeada por dois pequenos diques com nível de água máximo normal na cota de 418.00 m. Nesta etapa, foram instaladas duas unidades de 17MW. Já a quarta e última etapa, teve início em fins de 1984 e terminou em 1994, com a colocação em operação da segunda unidade de geração de energia, de 105 MW. João Cabral refere que foram necessárias diversas obras de engenharia, envolvendo escavação em rocha, elevação da barragem de gravidade para a cota de 431,50 m, demolição de quatro blocos da barragem de gravidade antiga e construção de tomada d'água e casa de força. Hoje a usina opera, com queda de 34 metros, gerando 658 MW (Cabral, 2006).

No que consiste aos deslocamentos compulsórios, Berta Junqueira através da sua pesquisa retrata que não houve deslocamento de pessoas. De acordo com dados de seu trabalho, na primeira etapa (1954), tanto em Cachoeira Dourada de Minas como de Goiás, existia apenas um pequeno vilarejo, localizado na beira do rio. A autora destaca que "diferentemente do que ocorreu em Itaipu, onde cidades foram inundadas pelo lago, a Usina Hidroelétrica de Cachoeira Dourada ocupou áreas predominantemente agrícolas, isso significa de uma forma geral que o efeito social não foi tão significativo. A construção dessa usina hidroelétrica na verdade deu origem a duas novas cidades e conseqüentemente iniciou-se uma nova história, escrita por pessoas de diferentes partes do País que foram em busca de um novo lar, de um novo local para chamar de seu e em buscas de novas oportunidades de trabalho (...)" (Junqueira, 39:2010).

Conflitos Sociais:

Não foi encontrado nenhum registro de conflitos envolvendo a população local e a construção do empreendimento.

Informativo Barragens

ano II nº VI

OBSERVATÓRIO
SÓCIO AMBIENTAL
de BARRAGENS
observabarragem.ippur.ufrj



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional

UF

Editorial

Diversas paralisações e conflitos marcaram as últimas semanas. Conforme avançam as obras, aumenta a pressão popular por respeito aos direitos básicos, informação e principalmente transparência nos processos decisórios.

A fraca, (quase nula), cobertura da mídia tradicional a estes eventos, felizmente tem sido suprida pelos registros com vídeos e entrevistas feitas por militantes in loco. Estes registros buscam trazer a tona o que tem acontecido em Belo Monte, expondo a dura realidade ainda desconhecida por grande parte da população brasileira.

Se de um lado, esses últimos dias foram marcados por conflitos e reivindicações, por outro o governo pretende ampliar a oferta de energia hidrelétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) planeja a entrada em operação de 34 novas hidrelétricas até 2021, sendo 15 delas na Amazônia.

Supostamente necessárias para suprir a demanda crescente de energia, tais projetos não levam em conta outras alternativas, como por exemplo, restaurar e aprimorar o sistema de transmissão defasado, onde estudo aponta até 20% de perdas.

Boa leitura!

Belo Monte

Instituto do Pará lança o *Observatório Belo Monte* que “pretende acompanhar e analisar as transformações ocorridas nos Municípios que compõem a Região de Integração do Xingu” 07/11



Veja relato de liderança indígena e dos
pescadores sobre ocupação (Video) 11/10



O Observatório de Favelas é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos.

Buscamos afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na ressignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas.

Criado em 2001, o Observatório é desde 2003 uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Com sede na Maré, no Rio de Janeiro, sua atuação é nacional.

Foi fundado por pesquisadores e profissionais oriundos de espaços populares, sendo composto atualmente por trabalhadores de diferentes espaços da cidade.

Elaboração de conceitos, metodologias, projetos, programas e práticas que contribuam na formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais.

O Observatório tem cinco vertentes institucionais, ou seja, atua em cinco áreas distintas:

EDUCAÇÃO



Educação. Nossas iniciativas visam estabelecer diálogos entre saberes, por meio de ações afirmativas. Buscamos, desta forma, possibilitar a formulação de novas perguntas e formas de produção de conhecimento a respeito dos fenômenos urbanos

POLÍTICAS URBANAS



Políticas Urbanas. Criamos e desenvolvemos projetos que possam subsidiar a elaboração de políticas para a cidade, sensíveis às especificidades das favelas e espaços populares

COMUNICAÇÃO



Comunicação. Criamos condições, formas e meios para ampliação da visibilidade das favelas, espaços populares e de suas demandas políticas, buscando, ao mesmo tempo, desarticular estereótipos sobre estes locais

CULTURA



Cultura. Estimulamos o debate e incidência no campo das políticas culturais urbanas, compreendendo os moradores de territórios populares como autores, capazes de refletir sobre suas experiências e se expressar por meio de diferentes linguagens

DIREITOS HUMANOS



Direitos Humanos. Propomos metodologias para a redução da violência letal, por meio de ações de sensibilização, mobilização, advocacy e produção de indicadores, que contribuam com políticas de segurança pública baseadas na valorização da vida

Página na internet

<http://observatoriodefavelas.org.br/>







Observatório do Clima é uma rede que reúne entidades da sociedade civil com o objetivo de discutir a questão das mudanças climáticas no contexto brasileiro.

Como trabalha? O OC promove encontros com especialistas na área,

Missão:

Articular os atores sociais para que o governo brasileiro assuma compromissos e crie políticas públicas efetivas em favor da mitigação e da adaptação do Brasil em relação à mudança do clima

O Observatório do Clima atua com base nos seguintes princípios:

- As mudanças do clima no planeta são uma realidade comprovada cientificamente;

- Promoção do equilíbrio da concentração de gases de efeito estufa no Planeta, eliminando a ameaça das mudanças climáticas à humanidade e aos ecossistemas;

- Construção de uma sociedade sustentável em todas as suas dimensões;

- Proteção e restauração da biodiversidade, garantindo a saúde ambiental dos biomas, reconhecendo sua importância como sumidouros e reservas vitais de carbono, biodiversidade e de recursos hídricos;



Observatório do Clima

Princípios

- A proteção e a recuperação de habitats baseado em biomas nativos, considerando suas especificidades e características locais e regionais;

- Promoção de estratégias para o uso sustentável da terra;

- Ampla consulta pública e avaliação dos impactos associados aos projetos de mitigação de gases de efeito estufa nas comunidades, nos ecossistemas, na diversidade étnica, cultural e no modo de vida das comunidades, na geração de emprego e na distribuição de renda;

- Contribuição para a auto-suficiência (transferência e capacitação) tecnológica dos Países não-Anexo I;

- Promoção dos direitos de acesso à informação e de participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão no tema das mudanças climáticas.



Observatório do Clima

Objetivos

- Acompanhar e influenciar as negociações internacionais e as posições do governo brasileiro sobre mudanças climáticas;

- Promover a interlocução desta rede com a sociedade brasileira; o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – FBMC; todas as mídias; as autoridades governamentais, em todas as suas esferas e instâncias, entre outros atores sociais.

- Propor e acompanhar a definição de políticas públicas e normas no país visando estabelecer o equilíbrio da concentração de gases de efeito estufa no Planeta, de forma a eliminar a ameaça das mudanças climáticas à humanidade e aos ecossistemas;

- Promover debates e amplas consultas públicas para auxiliar na definição de critérios e indicadores de sustentabilidade social, ambiental, étnica, cultural, econômica e de transferência e capacitação tecnológica, que se apliquem aos projetos que pretendam usufruir de mecanismos financeiros de flexibilização de compromissos de redução da emissão de gases de efeito estufa;

- Acompanhar a implementação e verificação desses projetos;

- Apoiar ou promover iniciativas de capacitação, treinamento, educação e disseminação de informação nos temas afetos às mudanças climáticas, para sensibilização e mobilização da sociedade em geral;

- Promover o intercâmbio de experiências e informações e contribuir para o debate qualificado sobre os temas climáticos internamente no Brasil, nos níveis municipal, regional e nacional, e na esfera internacional;

- Participar de forma qualificada de fóruns, instâncias e redes nacionais e internacionais de discussão, consulta e participação sobre mudanças climáticas



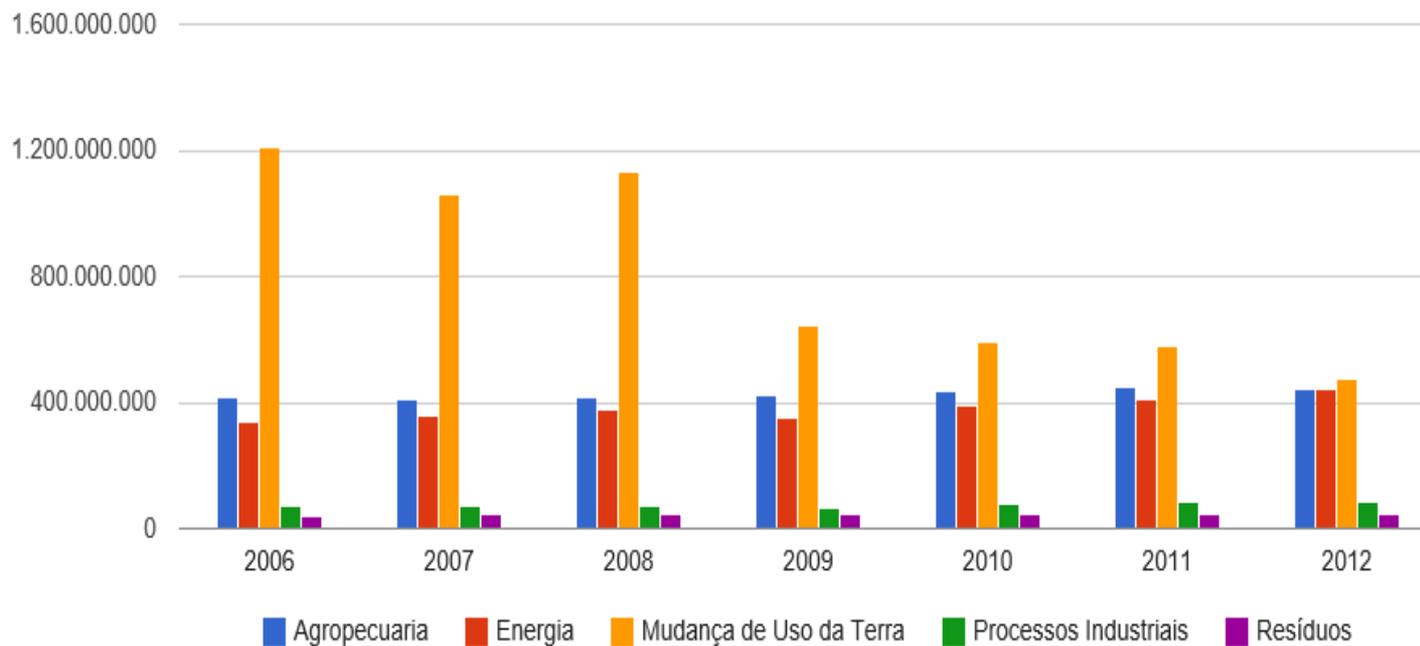
Página na internet

<http://www.oc.org.br/>

<http://seeg.observatoriodoclima.eco.br/>

- Sistema de Estimativa de Emissão de Gases do Efeito Estufa

Exportar Exportar para Excel



Setor ▲	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuaria	415.879.546	411.540.167	417.274.458	423.458.273	434.575.760	445.920.446	440.523.541
Energia	339.332.740	354.788.111	374.751.801	352.324.019	389.283.135	411.708.000	440.379.259

Observatório das Águas





Observatório das águas

- Em construção

Qual é o papel dele?

- Acompanhar e fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
- Observatório independente



Como está se construindo?

- A partir de uma rede de governança das águas

Primeiros resultados

- Reflexão e Dicas (2005) em parceria com o Fórum Nacional de Comitês de Bacias
- Relatórios de Governança – parceria WWF-Brasil e FGV
- Proposta de um termômetro e de indicadores de governança das águas

Reflexões & dicas

Para acompanhar a implementação dos sistemas
de gestão de recursos hídricos no Brasil



Fórum Nacional de Comitês
de Bacias Hidrográficas

**“Como
verificar se o
Sistema está
cumprindo o
seu papel
diante de sua
finalidade?”**



Gestão de Recursos Hídricos

OBJETIVOS
DA POLÍTICA
DE ÁGUAS

INTERAÇÃO ESTADO-
SOCIEDADE

RELAÇÕES
INTERGOVERNAMENTAIS

INSTRUMENTOS DE
GESTÃO

CAPACIDADES
ESTATAIS

AMBIENTE
INSTITUCIONAL

Meeting



Fonte: <http://www.opdm.org.au/magazine/focus/030405.jpg>



Próximos passos

- Elaboração de um questionário a ser respondido institucionalmente/pessoa
- Oficina para discussão do resultado do Questionário que será uma minuta de formatação do Observatório das Águas

Instância	Comitês de Bacias	Obs Barragens	Obs Código Florestal	Obs Favelas	Obs Clima
Papel	arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos Hídricos.	Sistematizar e organizar informações sobre o setor elétrico, acompanhando suas mudanças, e proporcionando o assessoramento de pesquisadores e ativistas de movimentos sociais.	Monitorar a implementação da nova lei florestal em todo o país, sobretudo o desempenho dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e de seu principal instrumento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR	Elaboração de conceitos, metodologias, projetos, programas e práticas que contribuam na formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais.	Articular os atores sociais para que o governo brasileiro assuma compromissos e crie políticas públicas efetivas em favor da mitigação e da adaptação do Brasil em relação à mudança do clima
Estrutura	Poder Público, Usuários e Sociedade Civil – não tem personalidade jurídica	Principalmente Entidades de pesquisa	Fundadores – Rede de ONGs	OSCIP	Rede de ongs, empresas e instituições de ensino e pesquisa
Unidade ou área de atuação	Bacia Hidrográfica	Nacional e especialmente onde tem barragem	Nacional	Nacional(a atuação principal é na cidade do Rio de Janeiro)	Nacional e global
Quem fala pela instância	Diretoria do Comitê	Coordenadores (2)	Ninguém fala em nome dele.	Direção (5 pessoas)	Secretário Executivo a partir de um consenso das instituições

Reflexões

- Investimento forte na educação política (educação formal e informal) (***“Hannah Arendt – alguém é educado para poder fazer a política e não para que a política se faça nela.”***)
- Planejamento com metas, objetivos, indicadores;
- Construção de um Sistema de Monitoramento do SINGREH (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos);
- Fortalecimento da gestão de recursos hídricos descentralizada e participativa;
- Possivelmente não haverá gestão e boa governança, se não houver investimento nas instituições e na sociedade;



CBH PARANAÍBA
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO PARANAÍBA

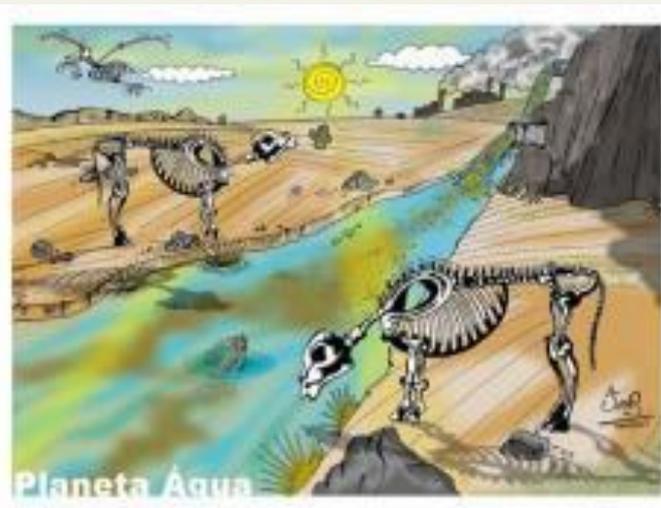
Muito obrigado!!!

Angelo José Rodrigues Lima
Analista de Conservação do Programa Água para a
Vida do WWF-Brasil

angelo@wwf.org.br
+55 61 8165-6803

Aquarela Paranaíba - Antiga Ponte JK

Foto por: **Júlio Márcio Muniz Borges**



A prova do aquecimento global do planeta:



séc.XVIII

1900

1950

1970

1980

1990

2006

